

Cidades Globais e Relações Internacionais

Aluno: Fernando Malta
Orientadora: Mónica Salomón

Introdução

O objetivo desse trabalho é analisar o conceito de “Cidades Globais” e sua real aplicabilidade. Em um primeiro momento revisito o histórico do estudo das “Cidades Globais” desde o início do século XX, em especial a partir de seus últimos trinta anos. Em um segundo momento, critico o posicionamento desse estudo histórico por não haver uma corrente alternativa de pensamento das “Cidades Globais” e, por consequência, o contínuo uso de um termo com as mesmas falhas. Apresento, pois, o conceito de paradiplomacia e de Análise de Política Externa das Relações Internacionais e, depois, sua aplicabilidade à conceituação de “Cidades Globais”. No fim, apresento as conclusões do trabalho.

“Cidades Globais”

Ao falar sobre o nascimento, crescimento e transformação das cidades no livro “*Cities in Evolution*” (1915), o escocês Patrick Geddes definiu, pela primeira vez, o conceito da “Cidade Global” como uma região economicamente preponderante do Estado-Nação, conectada a outras cidades do mundo de forma a, como afirmou Hall, “manifestar os interesses políticos e econômicos do governo nacional” (1966, 1984). Todavia, Hall é considerado o ‘pai’ do termo “Cidades Globais” por tê-las definido através de diversos espectros de ação que tenderiam a crescer em importância.

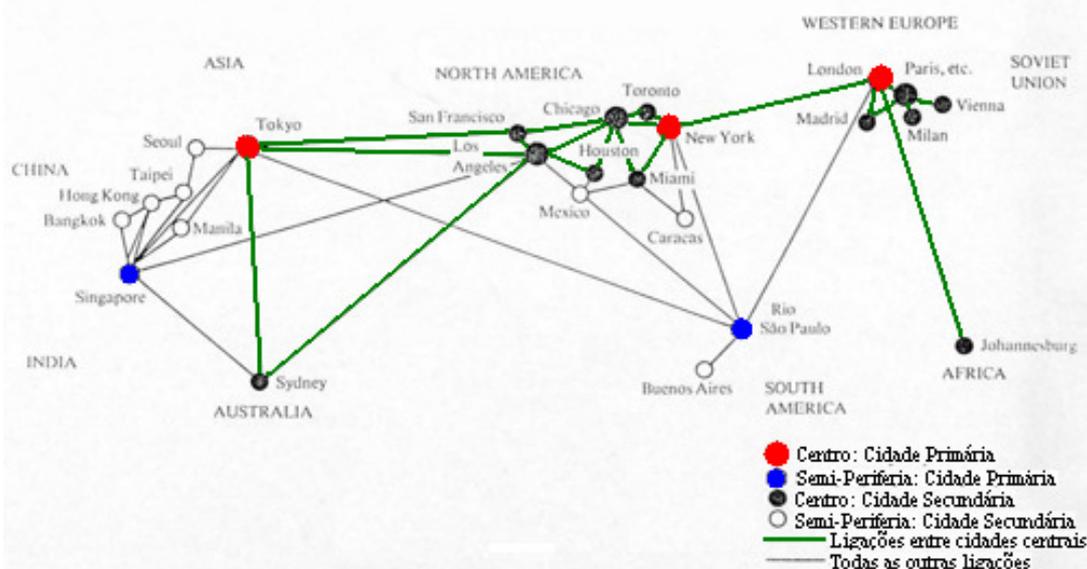
“São centros de poder político, tanto nacional como internacional, e de organização governamental; centros de comércio nacional e internacional, agindo como entrepostos para seus países e às vezes para países vizinhos; ainda, centros bancários, de seguros e serviços financeiros em geral; centros de atividade profissional avançada, na medicina, no direito, em estudo avançado, e de aplicação de conhecimento científico na tecnologia; centros de acúmulo de informação e difusão através da mídia de massa; centros de consumo, sejam de artigos de luxo a uma minoria ou de produtos de produção em massa; centros de artes, cultura, entretenimento e de atividades auxiliares relacionadas.” (Hall, 1997)

Sobre tal definição espacial das Cidades Globais, Brenner e Keil argumentam, na introdução da coletânea “*The Global City Reader*”, que até meados da década 70 “geógrafos urbanos (...) assumiram que o território nacional era a escala primária nas quais hierarquias e sistemas urbanos estavam assentados” (2005). O crescimento da importância da economia política no mundo (decorrente dos diversos fatos da década de 70, desde as crises econômicas em escala mundial como as novas formas de pensar o poder e a interdependência) seria o principal motivo para a introdução de um viés mais econômico às análises urbanas.

Contudo, a década de 80 e a nova distribuição internacional do trabalho, são marcadas pela desindustrialização ou desimportância de antigos complexos urbanos e

emergência de novas localidades vitais ao funcionamento da economia mundial. Nesse contexto, teóricos não mais conseguem explicar os fenômenos econômico-político-sociais de regiões locais sem recorrer a uma visão mais global dos acontecimentos, sendo John Friedmann o primeiro a repensar as relações das cidades entre si e sua importância para o mundo. Friedmann, escrevendo com Wolff (1982), argumenta que “Cidades Globais são os centros controladores da economia global e a emergência da Cidade Global está acompanhada da emergência do sistema global de relações econômicas” (Lin, 2008). Já em “*The World City Hypothesis*” propõe que a questão fundamental das pesquisas sobre Cidades Globais é analisar a organização espacial da nova divisão internacional do trabalho mais que apenas classificá-las ou não por importância. Argumenta que as novas configurações sistêmicas estariam levando a uma nova configuração econômica que Castells caracterizou como a mudança mais significativa desde a Revolução Industrial dois séculos antes (Castells, 1989): uma nova rede global com grande grau hierárquico em que Londres, Nova Iorque e Tóquio seriam os articuladores maiores. Sobre as “Cidades Globais” em si, Friedmann propõe que a grande força dessas cidades se encontra em setores tais quais as corporações financeiras globais, transporte e comunicação e serviços, acumulando e concentrando grande parte do capital global e grande fluxo migratório. (Friedmann, 1986)

A Hierarquia das "Cidades Globais"

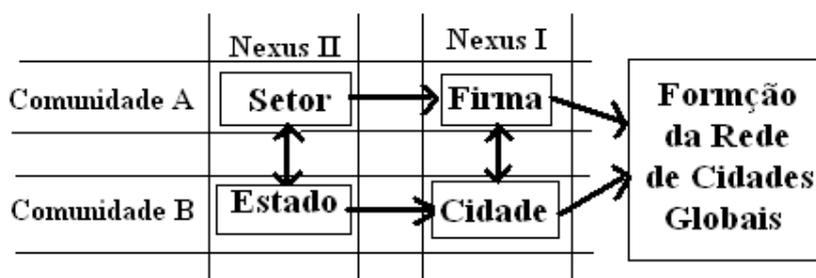


Nesse mesmo sentido, já na década de 90, a radicalização da revolução científico-tecnológica e as novas possibilidades espaciais na escala produtiva levaram a complementos às hipóteses de Friedmann. Saskia Sassen, um dos maiores nomes desse período, reafirma a dispersão espacial de antigos centros produtivos para lugares com maior especialização produtiva. Assim, o que Friedmann considerava como um dos setores em crescimento de relevância na economia global, os serviços, passa a ser o ponto de concentração e competição nos termos de Sassen – firmas jurídicas, propaganda, relações públicas, imobiliárias, turismo e entretenimento, por exemplo. (Sassen, 2001)

Outros teóricos complementam Friedmann e Sassen. Beaverstock *et al* (2002) afirmam que o sucesso ou não de uma Cidade Global se baseia na virtude de seu lugar nas relações dentro da rede das Cidades Globais, esta mantida tanto por atores públicos (cidades, Estado) como por privados (firmas, setores) e formada pelo fluxo

de pessoas, bens, capitais e idéias. Uma diferença substancial de Friedmann e Sassen é a concepção da rede não como uma luta competitiva entre as cidades, o que beneficiaria os investidores, mas a quantidade e qualidade de conexões entre essas, levando a uma

concepção que perpassaria a rede, chegando a uma verdadeira “sociedade de cidades” (Storper *et al*, 2001), em que o resultado



das sinergias criativas levaria à competitividade.

Taylor segue caminho semelhante ao propor que a construção e reconstrução da rede de “Cidades Globais” são descritas em esferas diferentes, mas complementares, da rede de Estados, a primeira como recipiente do espaço econômico, a segunda do espaço político. Assim, passam de atividades estritamente interestatais para trans ou supra-estatais. Como grande inovação às teorias passadas, contudo, apresenta um terceiro espaço onde a dinâmica da rede se apresenta, somando-se ao espaço da rede e dos agentes (as cidades): as instituições dentro das cidades. Conclui de forma similar à de Friedmann, observando que as novas redes supra-estatais acirram a lógica hierárquica.

Esse, inclusive, foi o ponto principal na categorização feita pelo *Globalization and World Cities Study Group & Network*, no GaWC Research Bulletin 5 (Beaverstock *et al*, 1999). Baseado em pesquisas realizadas anteriormente por teóricos e na disposição de diversas firmas de serviços nas cidades, um *ranking* em que as cidades recebem pontuações de 1 à 12 do quanto “globais” são foi calculado e são divididas em quatro diferentes escalas de “global”.

Autores	Maiores Cidades Identificadas
Budd	Tóquio, Londres, Nova Iorque, Paris, Frankfurt
Cohen	Tóquio, Londres, Osaka, Paris, Rhine-Ruhr
Drennan	Londres, Nova Iorque, Tóquio
The Economist	Nova Iorque, Tóquio, Londres
Feagin and Smith	Nova Iorque, Londres, Tóquio
Friedmann	Londres, Paris, Nova Iorque, Chicago, Los Angeles
Friedmann and Wolff	Tóquio, Los Angeles, San Francisco, Miami, Nova Iorque
Glickman	Nova Iorque, Tóquio, Londres, Paris
Hall	Londres, Paris, Randstand, Rhine-Ruhr, Moscou, Nova Iorque, Tóquio
Heenan	Coral Gables (Miami), Paris, Honolulu
Hymer	Nova Iorque, Londres, Paris, Bonn, Tóquio
Knox	Londres, Nova Iorque, Tóquio
Lee & Schmidt-Marwede	Londres, Nova Iorque, Tóquio
Llewelyn-Davies	Londres, Paris, Nova Iorque, Tóquio
Martin	Londres, Nova Iorque, Tóquio, Osaka, Chicago
Meyer	Nova Iorque, Londres, Paris, Zurich, Tóquio
Muller	Londres, Nova Iorque, Tóquio

O'Brien	Londres, Frankfurt, Paris, Hong Kong, Singapura
Reed	Nova Iorque, Londres
Sassen	Nova Iorque, Londres, Tóquio, Paris, Frankfurt
Short	Tóquio, Londres, Nova Iorque, Paris, Frankfurt
Thrift	Nova Iorque, Londres, Tóquio
Warf	Nova Iorque, Londres, Tóquio

Tabela utilizada por Beaverstock *et al* (1999) sobre as maiores cidades identificadas para diversos teóricos das "Cidades Globais"

#	Cidades
<u>Alpha</u>	
12	Londres, Paris, Nova Iorque, Tóquio
10	Chicago, Frankfurt, Hong Kong, Los Angeles, Milão, Cingapura
<u>Beta</u>	
9	São Francisco, Sidnei, Toronto, Zurique
8	Bruxelas, Madri, Cidade do México, São Paulo
7	Moscou, Seul
<u>Gama</u>	
6	Amsterdã, Boston, Caracas, Dallas, Dusseldorf, Geneva, Houston, Jakarta, Johannesburg, Melbourne, Osaca, Praga, Santiago, Taipei, Washington
5	Bangkok, Pequim, Montreal, Roma, Estocolmo, Varsóvia
4	Atlanta, Barcelona, Berlim, Buenos Aires, Budapeste, Copenhagem, Hamburgo, Istambul, Kuala Lumpur, Manila, Miami, Minneapolis, Munique, Xangai
<u>Di - Forte Evidência de Formação de "Cidade Global"</u>	
3	Atenas, Auckland, Dublin, Helsinki, Luxemburgo, Lion, Mumbai, Nova Déli, Filadélfia, Rio de Janeiro, Tel Aviv, Viena
<u>Dii - Alguma Evidência de Formação de "Cidade Global"</u>	
2	Abu Dhabi, Almaty, Birmingham, Bogotá, Brastislava, Brisbane, Bucareste, Cairo, Cleveland, Colônia, Detroit, Dubai, Ho Chi Mihn, Kiev, Lima, Lisboa, Manchester, Montevidéu, Oslo, Roterdã, Ryadh, Seattle, Stuttgart, Haia, Vancouver
<u>Diii - Mínima Evidência de Formação de "Cidade Global"</u>	
1	Adelaide, Antuérpia, Arhus, Baltimore, Bangalore, Bolonha, Brasília, Calgary, Cape Town, Colombo, Columbus, Desden, Edimburgo, Genova, Glasgow, Gotemburgo, Guangzhou, Hanoi, Kansas, Leeds, Lille, Marselha, Richmond, São Petesburgo, Tashkent, Teerã, Tijuana, Turin, Utrecht, Wellington

Ranking de "Cidades Globais" de Beaverstock *et al* (1999).

Vê-se, hoje, relevância superior da questão econômica nas teorias de "Cidades Globais", em especial no terceiro setor, serviços. Ainda que outras definições também sejam debatidas, como a presença de aparatos políticos nacionais e internacionais (Clack, 1996), estabilidade e ordem (Aoki, 2002), autonomia com relação à rede e infra-estrutura (Keum, 2003) e população (Chase-Dunn *et al*, 2006), a rede comercial, financeira e econômica internacional e o posicionamento das cidades na mesma continuam como principais focos dos teóricos contemporâneos.

Críticas aos conceitos de “Cidade Global”¹

Ainda que esteja plenamente desenvolvida, ou mesmo haja uma grande corrente de pensamento que possa ser considerada como principal, a teoria das “Cidades Globais” obteve avanços consideráveis em uma discussão recente, em especial dada à efemeridade de sua base investigativa a partir dos anos 70 e as bruscas mudanças com a globalização. Todavia, os teóricos enveredam sempre pelo mesmo caminho: uma rápida tentativa de explanação do conceito de “Cidades Globais”, a conceituação da rede dessas cidades e a interação das cidades e da rede por si só ou com os Estados – sempre enfatizando a relevância econômica acima de qualquer outro aspecto.

O grande problema, olhando sob a perspectiva da Análise de Política Externa, é que há pouca ou nenhuma problematização do conceito dado das “Cidades Globais”. De certa forma, aqueles que trabalham com o tema acabam sempre por retomar o conceito de Hall, alterando-o de acordo com suas próprias contribuições. Assim, a lógica do pensar o que é uma “Cidade Global” é replicada e, quando muito, reformada. Isso, por si só, não seria um problema, dado que o conceito de Hall e todos aqueles subsequentes dão conta de explicar o mundo e são coesos com suas hipóteses e observações. A questão ocorre quando essa conceituação não é capaz de explicar o mundo ou parte dele.

A existência de uma variada gama de fóruns internacionais exclusivamente de atores subnacionais como a United Cities and Local Governments (UCLG)², em âmbito global, ou as Euro e Mercocidades, em âmbito regional; o espantoso e crescente número de cidades-irmãs ou gêmeas³; ou mesmo a existência de um fórum de conversa desses atores dentro das Nações Unidas (UN-HABITAT), organização eminentemente estatal desde sua criação, mostram que ainda que haja algum ator amplamente ativo em qualquer um dos exemplos anteriores, ainda assim pode não ser enquadrado como uma “Cidade Global” nos termos apresentados anteriormente.

A aplicação dessas definições à realidade desses atores subnacionais esquece-se, portanto, da vontade política desses atores. Por vontade política entendo como a ação efetiva dos governos subnacionais em escopo transnacional sem, a despeito de ou complementar à interferência do Estado em que o ator se insere com o intuito de promover seus próprios interesses – ou seja, o que Panayotis Soldatos introduziu ao debate acadêmico sob o termo *paradiplomacia*. (Soldatos *et al*, 1989)

De forma similar aos governos nacionais, os subnacionais também agem enviando delegações oficiais, assinando acordos ou memorandos de entendimento ou participando de organizações com outros governos subnacionais. Ainda assim, a ação exterior de governos subnacionais pode e deve ser estudado utilizando o arcabouço das Relações Internacionais na Análise de Política Externa por conta de sua semelhança com entidades nacionais. Dessa necessidade, recorro ao conceito de “paradiplomacia” para a defesa do ponto.

¹ Ainda que haja diversas outras críticas ao termo “Cidade Global” ou suas possíveis aplicações, me concentro nesse artigo àquelas concernentes à Análise de Política Externa e das Relações Internacionais.

² Fundada, por sua vez, da união das duas antigas maiores uniões transnacionais de atores subnacionais, International Union of Local Authorities e United Towns Organization-Fédération Mondiale de Cités Unies

³ Regiões subnacionais geográfica ou politicamente distantes que estabelecem relações ou mecanismos protocolares entre si de forma a criar laços não só econômicos, como também culturais.

Paradiplomacia

Os teóricos de Relações Internacionais iniciam, na década de 80, seus estudos sobre o impacto das unidades subnacionais e, por conseqüência, das “Cidades Globais”, nas relações internacionais. A partir da diferenciação do mesmo Soldatos entre segmentação funcional e territorial da política externa das unidades a serem trabalhadas, é possível diferenciar atividades externas de governos nacionais e subnacionais: ao mesmo tempo em que apresentam compromisso com sua população, nacional ou regional, e, por tal, semelhanças no aparato burocrático-institucional com que lidam com a política externa, não há possibilidade de que governos subnacionais possam lidar de altas políticas tal como fazem os governos nacionais⁴.

Hocking (2004 [1997]), Paquin (2004) e Salomón & Nunes (2007) partem dessa idéia e resgatam o conceito de atores condicionados ou livres de soberania de James Rosenau e se utilizam de um meio termo, atores mistos, para descrever tais entidades subnacionais; ou seja, atores que têm responsabilidades inerentes à sua população e seu território, como os Estados no qual estão inseridos, mas que, por não compartilharem das exatas obrigações ou competências que esses Estados, não possuem as mesmas responsabilidades, o que os oferece maior grau de liberdade e características mais próximas a atores não-nacionais, como ONGs ou empresas multinacionais. Como conseqüência

“a facilidade de formar todo tipo de redes, com objetivos pontuais ou a longo prazo, mais gerais ou mais específicos, com governos do mesmo nível ou com outros atores e a atividade destacada de muitas autoridades locais em foros predominantemente não-governamentais são mais detectáveis.” (Salomón, 2007)

Além disso, novas práticas tendem a ser criadas e copiadas, por não haver antecedentes históricos nos quais o aparato burocrático desses governos podem se basear. Há, assim, um aparato pautado nos já historicamente existentes dos Estados nos quais os atores se inserem, mas constantemente atualizados para que se adéqüem às suas próprias nuances. (IBID)

Nesse ponto, porém, é necessário que se enalteça uma característica bastante distinta dos atores subnacionais: diferentemente dos Estados que, por maior ou menor, mais ou menos poderosos que sejam, sempre possuem as mesmas características (ainda que não haja consenso sobre quais seriam essas) – soberania, monopólio da violência dentro de seu território, população etc. Por outro lado, a categoria “atores subnacionais” abarca desde vilas até macro-regiões, passando por cidades, províncias, estados, levando, por conseqüência, a uma diferenciação nos objetivos e meios para alcançá-los.⁵

Os objetivos vão pelo mesmo caminho. Além da luta por maior voz e autonomia nos *fora* internacionais, como a própria ONU (Salomón & Sánchez Cano, 2005), proposta por muito dos atores mais ativos em organizações transnacionais, há diferenciação dos próprios objetivos entre os diferentes atores. Há casos em que regiões de histórico separatista, como Québec, Flandres ou Barcelona, utilizam-se de suas prerrogativas paradiplomáticas como forma de distanciamento e busca por

⁴ Ainda que haja a possibilidade de fazê-lo de forma mais branda, como mostra o caso de Québec ou Flandres e o que Soldatos denominou “proto-política externa” (Soldatos, 1993).

⁵ Sobre a discussão da diferença entre atores subnacionais tendo como base exemplos brasileiros, ver Salomón & Nunes, 2007.

maior autonomia com relação ao Estado em que estão inseridos. Outros, como Paris ou, em certa medida, Rio de Janeiro, adotam estratégias de reconhecimento internacional, aumento de *soft power*, como forma de atração para turismo. Casos mais comuns em países em desenvolvimento é a utilização de estratégias como forma de atração de investimento e captação de recursos, como o exemplo de Porto Alegre e Rio Grande do Sul demonstrado por Salomón & Nunes (2007).

Ainda assim, cômicos dessas diferenças, vê-se a possibilidade real de se analisar, baseado nas contribuições das Relações Internacionais, a ação dos atores subnacionais, e, conseqüentemente, das “Cidades Globais”.

“Cidades Globais” e Relações Internacionais

Considerando, portanto, a vontade política, a ação das cidades como estratégia de auto-inserção global das unidades subnacionais, a definição de “Cidades Globais” oferecida por Hall, Friedmann ou Sassen torna-se incompleta ou míope – desconsidera-se, por inteiro, o quão engajada é a localidade no cenário global e, mais importante, o quanto isso é fruto de seu próprio movimento, e não mera conseqüência da rede financeira, econômica ou comercial mundial.

É claro que desconsiderar o trabalho anterior desses teóricos seria um erro ainda maior: há de se pensar que “centros de comércio nacional e internacional, agindo como entrepostos para seus países e às vezes para países vizinhos”, a análise da nova divisão internacional do trabalho, ou a dispersão de antigos centros produtivos concomitante à concentração dos serviços nas “Cidades Globais” são essenciais para a compreensão dessas cidades e seu papel no mundo. É inconcebível desconsiderar Nova Iorque, Londres ou Tóquio como “Cidades Globais” tão somente por sua ação não tão efetiva como a de Barcelona ou Québec em *fora* mundiais de governos subnacionais. Portanto, eliminar o trabalho anterior dos teóricos das “Cidades Globais” não seria o ideal, mas a inclusão da perspectiva das Relações Internacionais, justapondo às mesmas, seria uma alternativa válida para uma conceituação menos problemática do termo.

Outro problema a ser explicitado nesse ponto é a inexistência de uma base de dados de governos subnacionais capaz de mensurar suas disposições para ações externas – não havendo, por conseqüência, trabalhos acadêmicos com esse objetivo; quando muito, o fazem apresentando dados de duas ou mesmo uma localidade, caso de Lin (2008). Mais que isso, ainda que essa base exista e que os dados possam ser compilados e comparados, a recorrente questão de quais os dados a serem utilizados, em qual medida utilizá-los e, principalmente, como contatá-los com os dados trabalhados pelos teóricos das “Cidades Globais” supracitados.

Por outro lado, a justaposição das idéias permitirá, por exemplo, creditar à Barcelona a definição de “Cidade Global”, soma de sua posição relevante na rede financeira e de serviços espanhola, européia e internacional, como cidade Gama na lista de Beaverstock *et al* (1999) por exemplo, e, ao mesmo tempo, sua reiterada e planejada inserção em diversos *fora* mundiais de governos subnacionais; ao mesmo tempo, iria diminuir uma possível “pontuação” de Bruxelas ou Zurique por ambas serem cotadas como Beta na lista supracitada tão somente pela grande concentração de representações internacionais (sendo a sede da UE), seja por ser sede de diversos dos maiores bancos internacionais, mas, ao mesmo tempo, sem nenhuma tentativa por parte de seus governos de ação externa – ou seja, “Cidades Globais” que são não mais que receptáculos de instituições, essas sim, globais.

Para tal, uma sugestão simples, porém efetiva, poderia ser a utilização dos dados do UN-HABITAT e, em especial, da CGLU, que a despeito da alimentação de dados feita de seus membros, não produziu qualquer material comparativo e analítico nesse sentido.⁶ A quantidade de investimento direto recebida por cada ator subnacional, sua presença nos diferentes *fora* internacionais, quantidade e qualidade de acordos bilaterais com cidades-irmãs são algumas das possíveis variáveis a serem utilizadas.

Conclusão

Nesse trabalho tentei analisar a evolução do estudo teórico das “Cidades Globais” de forma crítica, instrumentalizando conceitos de Relações Internacionais, sugerindo adições aos modelos previamente existentes. Deve-se ter em mente, entretanto, que além do modelo de “Cidade Global” pós-globalizada ser relativamente recente, o estudo das ações paradiplomáticas é mais nova ainda. Novos estudos devem e serão feitos de forma a sugerir um *mainstream* para o campo das “Cidades Globais” e da ação exterior de governos locais.

Bibliografia

- AOKI, T. The Modern Asian City and "soft Power". **The APC Journal of Asia-Pacific Studies**, 12, 15-23. 2002.
- AMEN, M., ARCHER, K., & BOSMAN, M. Thinking through Global Cities. In: M. AMEM, K. ARCHER, & M. BOSMAN (Eds.), **Relocating Global Cities: From the Center to the Margins** (pp. 1-22). Maryland: Rowman & Littlefield Publishers Inc. 2006.
- BEAVERSTOCK, J. V., SMITH, R. G., TAYLOR, P. J. Research Bulletin 5 – A Roster of World Cities. **Cities**, 16(6), 1999.
- BEAVERSTOCK, J. V., DOEL, M. A., HUBBARD, P. J., & TAYLOR, P. J. Attending to the world: competition, cooperation and connectivity in the World City network. **Global Networks** , 2, 2, 111-132. 2002.
- BRENNER, N., & KEIL, R. **The Global City Readers**. Routledge. 2005.
- CASTELLS, M. **The Informational City: Information Technology, Economic Restructuring and the Urban-Regional Process**. Oxford: Basil Blackwell. 1989.
- CHASE-DUNN, C., ALVAREZ, A., JORGENSON, A., NIEMEYER, R., PASCIUTI, D., & WEEKS, J. **Global City Networks in World Historical Perspective**. Presented at the session on "Cities in the Political Economy of Global Capitalism". 2006.
- CLACK, D. **Urban world/global city**. London: Routledge. 1996.

⁶ O Sister Cities International monitora, por exemplo, cidades-irmãs de cidades norte-americanas; além dos próprios governos que, em sua maioria, disponibilizam essas informações ao público geral.

- DUCHACEK, I. **The Territorial Dimension of Politics: Within, Among, and Across Nations.** Boulder and London: Westview Press. 1986.
- DUCHACEK, I. LATOUCHE, D., STEVENSON, G. (Eds.). **Perforated Sovereignities and International Relations: Trans-Sovereign Contacts of Subnational Governments.** Westport: Greenwood Press, 1988.
- FRIEDMANN, J. The World City Hypothesis. **Development and Change.** 17. 69-83. 1986.
- FRIEDMANN, J., & WOLFF, G. World City Formation: An Agenda for Research and Action. In N. Bernner, & R. Keil, **The Global Cities Reader** (pp. 58-66). Oxford: Routledge. 1982.
- HALL, P. **The World Cities.** New York: McGraw-Hill. 1966.
- _____. **The World Cities.** 3rd edition. New York: St. Martin's Press. 1984.
- HOCKING, B. Regionalismo: uma perspectiva das Relações Internacionais. In: T. VIGEVANI, **A dimensão subnacional e as Relações Internacionais** (pp. 77-107). São Paulo: Educ/Unesp/EdUSC. 2004 [1997].
- KEATING, M. Regiones y Assuntos Internacionales: Motivos, Oportunidades y Estrategias. In: F. ALDECOA, & M. KEATING (Eds.), **Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones.** Madrid: Marcial Pons. 2000.
- KERN, K. **Governing Transnational Newtworks: Best Practice Transfer Benchmarking, and Certification.** Paper submitted for presentation at the 2007 Annual Convention of the International Studies Association in Chicago. 2007.
- KEUM, S. K. Competitive Major Cities in the Global Age. **The APC Journal of Asian-Pacific Studies**, 13, 45-51. 2003.
- LIN, P. Y. **Global City Review: Hong Kong as a Global City.** Acesso em 10 de Março de 2008, disponível em Social Science Research Tomorrow: <http://ssrn.com/abstract=1101011>. 2008.
- MATTOSO, J. Relações Internacionais e poder local: o caso de São Paulo. **Política Externa** , 10, 3, 113-121. 2001.
- MODELSKI, G. **World Cities: - 3000 to 2000.** Washington, DC: Faros 2000. 2003.
- NUNES, C. J. **A Paradiplomacia do Brasil: o caso do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005.
- PAQUIN, S. **Paradiplomatie e relations internationales.** Bruxelles, Peter Lang. 2004.
- ROSENAU, J. **Turbulence in World Politics.** Princeton: Princeton University. 1990.

- SALOMÓN, M. **La Acción Exterior de los Gobiernos Subnacionales y el Análisis de Políticas Exteriores.** Contribución al 1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), Brasília. 2007.
- SALOMÓN, M., & SANCHEZ CANO, J. El proceso de articulación de las autoridades locales como actor político y el sistema de Naciones Unidas. **Agenda ONU, Anuario de la Asociación para las Naciones Unidas en España** , 6, 151-192. 2005.
- SALOMÓN, M., & NUNES, C. A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos. **Contexto Internacional** (29.1), 99-147. 2007.
- SASSEN, S. **Cities in a World Economy.** Thousand Oaks: Pine Forge Press. 2000.
- _____. **The Global City:** New York, London, Tokyo. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. 2001.
- SOLDATOS, P., FRY, E., RADEBAUGH, L. **The New International Cities Era: The Global Activities of North American Municipal Governments.** Brigham Young University. 1989.
- _____. Cascading subnational paradiplomacy in an interdependent and transnational world. In: BROWN, Douglas e FRY, Earl (eds.). **States and Provinces in the International Economy.** California, Institute of Governmental Studies Press, University of California, pp. 45-64. 1993.
- TAYLOR, P. J. New political geographies: Global civil society and global governance through world city networks. **Political Geography** (24), 703-730. 2005.